



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO  
ESTADO DO ACRE  
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
PROCURADORIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2022**  
**ASSUNTO:** "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO RIO-BRANQUENSE AO SENHOR CARLOS ROBERTO PEREIRA GOMES".

### TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Certifico que juntei, nesta data, aos presentes autos, o documento anotado como de p. 11/12.

E, para constar, lavro o presente termo que subscrevo.

Rio Branco-AC, 08 de novembro de 2022.

**Rebeca de Lima Pinheiro**  
Estagiária

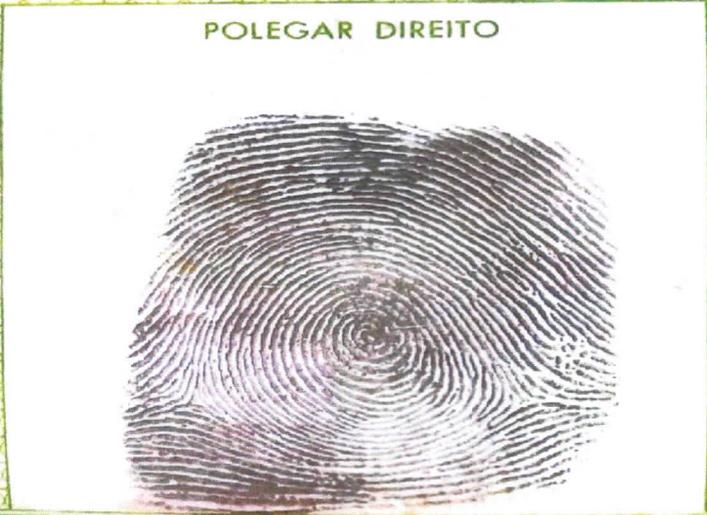
Câmara Municipal de Rio Branco  
32  
PROCURADORIA  
JURÍDICA  
Rebeca  
Est. do Acre



**CÉDULA DE IDENTIDADE**



**POLEGAR DIREITO**



**ASSINATURA DO PORTADOR**  
*Carlos Roberto Leiva Siqueira*

**(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)**

CASA DA MOEDA DO BRASIL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL

547 866

NOME

**CARLOS ROBERTO PEREIRA GOMES**

LIÇÃO

**José Pereira Gomes**

**Maria Lopes de Almeida**

**Uai-MG**

NATURIDADE

BRASILIA - D. Filho

DATA DO NASCIMENTO

**21-novembro-1961**

**31-janeiro-1984**

*Fulvio de Sousa Silva*

DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
PROCURADORIA LEGISLATIVA**



**PARECER Nº 393/2022**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2022**

**ASSUNTO:** Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2022, que "Concede Título de Cidadão Rio-Branquense ao Senhor Carlos Roberto Pereira Gomes".

**INTERESSADA:** Diretoria Legislativa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº.  
01/2022. CONCESSÃO DE TÍTULO DE  
CIDADÃO RIO-BRANQUENSE AO SENHOR  
CARLOS ROBERTO PEREIRA GOMES.  
EXAME DE CONSTITUCIONALIDADE E DE  
LEGALIDADE. APROVAÇÃO.**

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de parecer acerca da legalidade e da constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2022, de iniciativa do Vereador Arnaldo Barros, que tem como objetivo conceder Título de Cidadão Rio-Branquense ao Senhor Carlos Roberto Pereira Gomes.

O pleito tem fundamento nos relevantes serviços prestados pelo homenageado ao Município de Rio Branco.

## **II - ANÁLISE**

À luz dos artigos 2º, §2º c/c 15 da Lei municipal 2.168, de 14 de maio de 2016, incumbe a esta Procuradoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

A concessão de título de cidadão ou cidadã Rio-Branquense pelo Poder Legislativo de Rio Branco é regulamentada, atualmente, pelo Decreto Legislativo nº 21/2019, que dispõe no § 1º do art. 3º:

A indicação do homenageado deverá ser apresentada, preferencialmente, até o final da primeira quinzena do mês de setembro do ano corrente,



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
PROCURADORIA LEGISLATIVA**



submetida apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que analisará a forma legislativa e a composição ortográfica do projeto, o qual virá acompanhado da cópia de documento de identidade com foto e do currículo do homenageado.

Para o recebimento de proposição que versa sobre concessão de títulos de cidadão ou cidadã Rio-Branquense, necessário se faz que o autor da matéria a instrua com o *documento de identidade e o currículo* do pretense homenageado, exigências estas que foram atendidas.

Ademais, é imperativo que o cidadão a ser contemplado com tal honraria seja radicado no país e demonstre ter realizado atividades culturais, políticas, científicas ou sociais, ou que, comprovadamente, promoveram benfeitorias à população do município de Rio Branco.

No caso, o *currículo* descrito nas fl. 08 demonstra que o homenageado exerceu atividades em prol do desenvolvimento do Município e do Estado.

Assim, quanto aos aspectos de ordem constitucional, legal e regimental, inexistente óbice para que a proposição seja aprovada por esta Casa Legislativa.

Por fim, a comando do disposto no art. 3º, *caput*, do Decreto Legislativo nº 21/2019, a proposição depende de aprovação de quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros que compõem a Câmara.

### **III - CONCLUSÃO**

Ante o exposto, esta Procuradoria entende que inexistente óbice jurídico para a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2022.

Recomenda-se que o projeto tramite na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

É o parecer.

Remetam-se os autos à Diretoria Legislativa.

Rio Branco-Acre, 08 de novembro de 2022.

**Evelyn Andrade Ferreira**  
Procuradora  
Matrícula 11.144



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
PROCURADORIA GERAL**



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2022**

**ASSUNTO:** “CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO RIO-BRANQUENSE AO SENHOR CARLOS ROBERTO PEREIRA GOMES”.

**INTERESSADO:** DIRETORIA LEGISLATIVA

**DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL**

Aprovo o Parecer de nº. 393/2022, de lavra da Procuradora Evelyn Andrade Ferreira, por seus próprios fundamentos.

Remetam-se os autos à Diretoria Legislativa.

Rio Branco-AC, 08 de novembro de 2022.

  
**Renan Braga e Braga**  
Procurador-Geral  
Matrícula 11.156

RECEBIDO EM

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2022

DIRETORIA LEGISLATIVA